

História digital informal? Sobre pesquisa histórica, plataformas e redes sociais

Informal Digital History? On Historical Research, Social Media, and Platforms

Ian Kasil Marino*

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os desafios de se fazer pesquisa em história em plataformas de redes sociais. Para tal, parte-se de uma autorreflexão sobre uma experiência de investigação com arquivos digitais construídos em perfis no Instagram, ponderando-se sobre um descompasso entre escolhas decorrentes de necessidades de pesquisa e práticas historiográficas estabelecidas na universidade. Inicialmente, dialoga-se com uma tradição historiográfica de autorreflexão sobre a prática histórica, com particular atenção à chamada história digital. A seguir, discutem-se os múltiplos desafios conceituais e práticos de se abordar plataformas de redes sociais nos estudos históricos, enfatizando-se a experiência de pesquisa com perfis latino-americanos que se propuseram arquivos da pandemia de COVID-19 no Instagram. Enfim, propõe-se a noção de “história digital informal” como uma provocação baseada em situações de pesquisa concretas e na dialogia entre história e arquivos, miran-

ABSTRACT

This article aims to discuss the challenges of doing history research on social media platforms. To this end, it begins with a self-reflection on a research experience with digital archives built on Instagram profiles, weighting on a mismatch between choices arising from research needs and historiographical practices established at the university. Initially, the article dialogues with a historiographical tradition of self-reflection on historical practice, especially regarding the so-called digital history. Next, it discusses the multiple conceptual and practical challenges of approaching social media platforms in historical studies, emphasizing the research experience with Latin American profiles that set out to archive the COVID-19 pandemic on Instagram. Finally, the notion of “informal digital history” is proposed as a provocation based on concrete research situations and the dialogue between history and archives, looking at

* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. ian.marino@ufjf.br <<https://orcid.org/0000-0002-6584-834X>>

do-se as especificidades de plataformas de redes sociais.

Palavras-chave: História Digital; Redes Sociais; Plataformas; Instagram; Arquivos Digitais.

the specificities of social media platforms.

Keywords: Digital History; Social Media; Platforms; Instagram; Digital Archives.

Em 23 de agosto de 2023, criei uma conta no Instagram. O motivo não foi o desejo de interação social ou a curiosidade de acompanhar postagens de conhecidos, mas a condução de uma pesquisa em história. Meu objeto eram dezenas de perfis no Instagram, os quais, desde 2020, agiam documentando eventos ligados à pandemia de COVID-19 na América Latina. Ainda que informais e permeados por particularidades, esses perfis podem ser entendidos como arquivos históricos, já que cada um deles se posicionava ativamente na seleção, organização, pretensão de preservação e provisão de acesso a registros sobre um evento histórico que consideravam importante, segundo lógicas particulares¹. O objetivo da pesquisa em questão era justamente desvendar essas lógicas particulares. A criação de um perfil no Instagram e o decorrente aprendizado sobre como usar a plataforma surgiram de uma necessidade de pesquisa. Tratou-se apenas do primeiro passo, entretanto, de uma investigação que acabou encarando desafios e experimentando técnicas que desafiavam alguns parâmetros consolidados da pesquisa histórica acadêmica – seja na especialização “história digital” ou não. Ao invés de métodos computacionais, manejo de dados e mesmo contatos pessoais intermediados por questionários ou entrevistas estruturadas, os caminhos de pesquisa percorridos mostraram-se muito mais fluidos, erráticos e permeáveis – mas não por isso menos eficientes. O objetivo deste artigo é discutir esses caminhos de pesquisa, aventando a possibilidade do que se propõe chamar “história digital informal” e, assim, contribuir com a autorreflexão da história em meio à transformação digital (com especial atenção aos desafios de se fazer pesquisa em história em plataformas de redes sociais).

Inicialmente, propõe-se discutir os diálogos teóricos e metodológicos que o presente texto abre em relação aos debates da história da historiografia. O objetivo é situar o problema de pesquisa que aqui se discute na tradição historiográfica de autorreflexão sobre a prática histórica e as suas transformações no tempo e no espaço. Em particular, a seção se dedica também a discutir os caminhos da chamada história digital, explicitando a relevância desta contribuição para a “hermenêutica da prática” de um campo que, de certo modo, ainda está em processo de consolidação. A segunda parte do artigo mira dire-

tamente a experiência de pesquisa em história no Instagram. Inicialmente, abordam-se os múltiplos desafios conceituais e práticos de se investigar plataformas de redes sociais nos estudos históricos. Em seguida, discute-se como a experiência de pesquisa com 30 perfis latino-americanos que se propuseram arquivos da pandemia de COVID-19 no Instagram explicita, empiricamente, a necessidade de pensar novas formas para a prática de pesquisa em história sobre e nas redes sociais. Enfim, propõe-se a noção “história digital informal”, uma provocação teórico-metodológica baseada tanto na observação crítica de situações de pesquisa quanto na dialogia entre história e arquivos, alinhada às condições específicas das plataformas de redes sociais.

I. FALAR SOBRE HISTÓRIA (DIGITAL)

Este artigo se insere no gênero historiográfico dos historiadores que falam de si – sobre a sua prática, sobre o estatuto da profissão e sobre seu lugar na sociedade. Dialoga-se, portanto, com alguns textos bastante conhecidos, aqueles que estudantes de história têm em suas listas de leituras em disciplinas introdutórias de teoria e metodologia da história, tal qual *A escrita da história*, de Michel de Certeau (2011). Se toda história se escreve de um “lugar social”, desenvolvendo uma “prática” e uma “narrativa”, é coerente pensar que há formas diferentes de se fazer história. Mesmo a chamada historiografia disciplinar, reconhecida institucionalmente no meio acadêmico a partir do compartilhamento de práticas e lugares sociais semelhantes, é plural, já que as condições técnicas, políticas e de empregabilidade, dentre outras tantas, influenciam os consensos sobre o que pode ou não ser considerado história feita por historiadores. Herman Paul (2011), por exemplo, propôs refletir sobre quais seriam as “virtudes epistêmicas”² da historiografia europeia no século XIX, ao passo que João Ohara (2016) fez um esforço semelhante, mas mirando historiadores brasileiros nas últimas décadas do século XX. Pedro Telles da Silveira (2020), por sua vez, discutiu quais seriam as implicações do cenário neoliberal para a concepção de história e a identificação de historiador no Brasil na década de 2010, enquanto historiadores ligados ao chamado “giro arquivístico”, para citar um último exemplo, vêm estudando, desde a década de 1980, como transformações nas formas de arquivar – ou seja, selecionar registros a serem preservados, pensar como organizá-los e como acessá-los – impactam nas formas de se pensar e produzir história (Hamilton et al., 2002).

Este artigo também procura refletir sobre o estatuto da pesquisa histórica em meio a arquivos, particularmente no que tange ao relacionamento entre

historiadores e redes sociais digitais. Como fizeram os autores acima, argumentarei que o lugar social do historiador influencia a sua constituição. O historiador que trabalha com redes sociais como objeto de pesquisa circunda formas específicas de se praticar a pesquisa histórica, performando certas habilidades, procedimentos metodológicos e concepções teóricas que podem, muitas vezes, entrar em choque com “práticas” ou “virtudes epistêmicas” que usualmente demarcam o campo disciplinar consolidado em departamentos acadêmicos. Assim, a “história digital informal” que aqui se propõe é, de certo modo, transgressora, e pode incomodar, à primeira vista, os mais apegados aos procedimentos ético-profissionais que se ensinam nos cursos básicos de teoria e metodologia da história na universidade. Entretanto, assim como o “historiador com CNPJ” de Telles da Silveira, o historiador praticante de uma “história informal” é simplesmente um pesquisador que, em seu lugar social, atua da forma a mais adequada possível dentro das condições (desafiadoras, como se verá) que as plataformas de redes sociais impõem.

I.I. QUATRO CAMINHOS DA HISTÓRIA DIGITAL

É comum que publicações recentes em compilações sobre “novas tendências” historiográficas, como os capítulos de Jane Winters (2018) e Sheila Brennan (2019), argumentem que praticamente todos os historiadores praticam história digital em alguma medida, já que o uso de processadores de texto, e-mail e fontes digitalizadas, por exemplo, tornou-se comum. Isso não quer dizer, entretanto, que história digital seja um campo monológico. Adentrando os anos 2020, pode-se dizer que há, pelo menos, quatro correntes principais que concentram os sentidos do que se entende por “história digital”. Um primeiro caminho tem o digital como objeto de estudo, e não necessariamente como veio metodológico, processual ou tópico de reflexão teórica. Nessa percepção, o digital designa o tema de pesquisa, ou seja, é como os complementos “medieval” ou “da arte”, que acompanham a palavra “história” em outros campos de especialização. Como exemplos, pode-se pensar na história da computação, como praticada por Thomas Haigh (2019), ou da própria internet, como fizeram Niels Brügger e Ralph Schroeder (2017) (e os respectivos colaboradores desses dois trabalhos).

Um segundo caminho da história digital enfatiza ferramentas e metodologias digitais. Essa percepção deriva justamente dos primeiros comentários de historiadores sobre o tema, ainda nos anos 1960 e 1970 (Ladurie, 1973). A promessa da computação era o processamento de dados e informações em lar-

guíssima escala e velocidade, para muito além da capacidade humana. Tal escola ganhou bastante espaço nas últimas décadas, seja com pesquisas inspiradas na “leitura à distância” (Moretti, 2013), ou com trabalhos mirando grandes temas e abordagens macro, como exemplificam a proposta de David Armitage e Jo Guldi (2014) e os variados artigos publicados em um periódico como o *Journal of Historical Network Research*, lançado em 2017. Tal concepção de história digital envolve grande apreço pelo método (Cf. Graham; Milligan; Weingart, 2021), já que se baseia na ampla adoção de ferramentas e linguagens computacionais para o processamento de dados e metadados, estruturados a partir de informações retiradas de fontes históricas – chegando até mesmo a clamar por um “novo historicismo digital” (Fickers, 2012).

Uma terceira concepção de história digital refere-se às tecnologias como meios ímpares para se fazer e consumir história de forma mais democrática e socialmente significativa. Essa percepção reivindica inclusive um subcampo na história digital, “história pública digital”, defendida por historiadores como Serge Noiret (2015) e Anita Lucchesi (2014). Tal linha de pensamento deriva da história pública, que, buscando se aproximar das comunidades leigas, dialogou com a história oral, a história local e a museologia ativa, cunhando, então, o influente princípio da “autoridade compartilhada” (Frisch, 1990). No caso da percepção dessa escola em meio à transformação digital, indica-se que haveria elementos técnicos ímpares para efetivar esses projetos em larga escala, como a difusão da internet, a popularização de acesso a dispositivos digitais pessoais e práticas como o *crowdsourcing* (Noiret; Zaagsma; Tebeau, 2022). Assim, a história digital é compreendida na reestruturação da própria história, que, a partir da imersão nas mídias digitais, torna-se mais democrática, colaborativa, socialmente significativa e, enfim, pública (Noiret, 2022).

Há um quarto caminho de entendimento para o termo história digital, ao qual este artigo se alinha: o estudo do digital como objeto de reflexão teórica. Nessa percepção, propõe-se a autocritica sobre os impactos metodológicos, teóricos e quiçá epistêmicos que a adoção de fontes digitais e procedimentos derivados desse meio (softwares, algoritmos, inteligência artificial, por exemplo) implicam sobre o campo da história. Reflete-se, por exemplo, sobre como a adoção de determinadas ferramentas de composição e análise de dados impacta a relação entre o historiador e as suas fontes, podendo levar a estremecimentos nas noções de autoridade e mesmo de uma ética profissional. Este campo reflete, como fez Telles da Silveira (2018), sobre as noções de verdade e evidência quando se trata de fontes digitais. A revigoração da discussão sobre história e hermenêutica, que será discutida a seguir, é outro exemplo dessa

preocupação. Por fim, reflete-se também sobre a constituição dos arquivos, lugar de importância fulcral para os historiadores, questionando-se sobre os impactos da digitalização, o relacionamento entre historiador e fonte, a desigualdade e a proliferação de falsificações, como vêm pesquisando Terry Cook (2018), Wolfgang Ernst (2012) e Thiago Nicodemo (Nicodemo; Cardoso, 2019), dentre outros.

Esses quatro caminhos amadureceram e se entrelaçaram, nas últimas três décadas, na formação do polissêmico campo da história digital. Embora tais possibilidades não sejam autoexcludentes³, é notório que haja diferenças tão contrastantes na definição deste termo, que é cronologicamente recente. De fato, em poucas décadas a história digital vem trilhando caminhos bastante diversos, que vão do processamento de dados seguindo metodologias bastante especializadas a coparticipações entre historiadores e comunidades. Esse fenômeno, argumenta-se, reforça a importância da autorreflexão sobre a prática da história digital, que termina por se definir pelo pensamento crítico sobre o papel do digital na história, independentemente do objeto, do meio ou do fim de cada estudo. Assim, é valioso debruçar-se, com um pouco mais de atenção, sobre uma forma específica de se realizar tal autorreflexão, que inspira este texto e dialoga com a tradição historiográfica a qual, como discutido, procura pensar sobre o que é história e o que é ser historiador.

I.II. HERMENÊUTICA DA PRÁTICA

“Fazer história na era digital”, comentou Lucchesi (2020, p. 21), “implica uma profunda reconsideração da nossa relação com as fontes, levando em conta as novas qualidades do que pode ser um meio e do que pode ser uma fonte” (traduzimos). Esse posicionamento reflete o esforço de levantar questões sobre o “conjunto de afirmações, opiniões, sentenças e expectativas, ditos e não-ditos, que presidem as relações entre o conhecimento histórico e as novas tecnologias”, como disse Telles da Silveira (2018, p. 20). Ao mirar as “qualidades” dos documentos digitais e dos “meios”, das mídias e demais ferramentas, busca-se compreender os desdobramentos que a transformação digital desencadeia na história como área do conhecimento. Uma das formas de se denominar tal esforço, como o fazem Andreas Fickers e colaboradores, é a “hermenêutica digital”, um conceito que “propõe uma estrutura crítica para explicitar as tensões metodológicas e epistemológicas nas práticas atuais de história” (Fickers; Tatarinov; Van Der Heijden, 2022, p. 7). Em outras palavras, é a observação crítica do lugar do digital na pesquisa histórica a partir da sua

presença em variados momentos da prática (a pesquisa, a reunião de fontes e dados, a análise, a publicação...).

No que tange à proposição deste texto, a prática de pesquisa em meio a redes sociais, a hermenêutica digital é particularmente relevante, já que inclui pensar sobre as implicações de plataformas, algoritmos e mecanismos de busca, por exemplo, na prática histórica (Gonçalves, 2022). Já que se trabalha com arquivos digitais, é importante refletir sobre as ferramentas por eles utilizadas, sobre qual papel cumpriram na conformação de tais arquivos e nas narrativas neles engendradas. Entretanto, é possível ir além. O termo “hermenêutica” remete à constituição de práticas de crítica documental consolidadas em métodos da história-disciplina no século XIX, mas com raízes que remetem ao classicismo renascentista (Gardner, 2010). No século XX, o conceito difundiu-se em diferentes camadas a partir da obra de Martin Heidegger (2015), Hans-Georg Gadamer (1994) e Paul Ricoeur (1978). Embora cada um deles tenha proposto diferentes visões sobre o relacionamento entre a hermenêutica e a prática histórica (que não cabem ser discutidas em detalhes aqui), há um movimento geral de direcionamento da crítica de fora para dentro, isto é, da hermenêutica visando o documento para a hermenêutica visando a própria prática. Refletindo sobre as “condições da autodescrição”, como disse Ricoeur (1978, p. 6), passa-se a observar a historicidade da própria prática histórica, desnaturalizando o método e proporcionando uma cultura de autocritica que reflete sobre a própria constituição da história como campo do conhecimento.

Pensando na história e na transformação digital, essa visão implica ir além de ferramentas, mídias e documentos, entendendo o próprio historiador como um “ser que é afetado em sua capacidade receptiva antes de ser capaz de determinar sua situação conceitualmente” (Ricoeur, 1978, p. 7). É a partir dessa consideração que Lucchesi (2020, p. 118) propôs uma “hermenêutica da prática”, abrindo o campo de reflexões de forma não circunscrita à história digital, mas, simplesmente, à história. Na prática, ela defende “constantes aproximações (*zoom in*) e afastamentos (*zoom out*)”, tanto das suas fontes e ferramentas quanto “do exercício empírico” em si, refletindo sobre cada escolha feita no trabalho de historiador (Lucchesi, 2020, p. 84). A adoção da hermenêutica da prática como inspiração teórica e metodológica deste artigo, assim, expressa-se por seu caráter primariamente autorreflexivo, já que ele não é mais que o reflexo de um historiador que decidiu pensar sobre as implicações de seu processo de pesquisa. Coerentemente, propõe-se que a reflexão sobre história digital presente neste trabalho possa ampliar os parâmetros avaliativos do que é “fazer história” em um sentido mais amplo.

II. PLATAFORMAS, REDES SOCIAIS E A PESQUISA EM HISTÓRIA

No contexto digital, redes sociais podem ser definidas como ferramentas baseadas na internet que permitem a interação social e a reunião de comunidades em torno de interesses em comum (Hockx-Yu, 2014). Não se trata somente de meios de comunicação, como o e-mail, nem mesmo de repositórios de conteúdos, como blogs, mas de recursos que se definem pela interação social (Davis; Jurgenson, 2014). Desde a ascensão da Web 2.0, diversos formatos de redes sociais emergiram e sucumbiram, de páginas da internet a aplicativos para dispositivos móveis (Brügger; Schroeder, 2017). Na maioria das vezes, foram iniciativas criadas por grandes corporações da tecnologia, ou frequentemente compradas por elas (Morozov, 2018). O conjunto de funcionalidades das redes sociais, que é específico a cada uma, ganha o nome de “plataforma”, que se entende como o ambiente no qual determinada rede opera, incluindo assim um conjunto de funções que se articulam em harmonia, como, por exemplo, a possibilidade de postar, armazenar, comentar e compartilhar (Leaver; Highfield; Abidin, 2020, p. 8)⁴. Toda plataforma de rede social tem uma ecologia própria: a plataforma do Facebook, por exemplo, tem a função de criar grupos; textos curtos caracterizaram a ascensão do Twitter (hoje denominado X); vídeos curtos de reprodução automática e organizados por algoritmos caracterizam o TikTok; dentre tantos outros casos.

De forma geral, as redes sociais se popularizaram mundialmente após a difusão de smartphones e das redes de internet móveis (Cannelli; Musso, 2022). Adentrando a década de 2020, a maior parcela da produção de registros de interação social via ferramentas digitais reside em redes sociais, compostas por uma massa de documentos digitais de imagens, textos, vídeos e áudios (Vlassenroot et al., 2021). Coerentemente, um dos interesses da história em investigar o universo das redes sociais reside no fato de que grande parte das potenciais fontes históricas do século XXI vem sendo produzida e difundida nessas plataformas (Cannelli; Musso, 2022; Hawkins, 2013; Vlassenroot et al., 2021). A transformação das fontes e dos arquivos, portanto, é o objeto de reflexão.

Há grandes desafios para o arquivamento e a pesquisa de redes sociais, já que “plataformas vernaculares” incluem “estilos, gramáticas e lógicas específicas”, como argumentaram Gibbs e colaboradores (2015). Pode-se dizer que elas simultaneamente fundem novas formas de sociabilidade e colapsam contextos sociais, que se tornam inacessíveis dada a lógica em geral proprietária das plataformas (Davis; Jurgenson, 2014). Assim, de certo modo, plataformas de redes sociais performam o paradoxo apontado por Roy Rosenzweig (2011) como um

dos marcos da história digital: a abundância e a escassez. A velocidade que tanto propicia a difusão de postagens em escala global, com diversidade de enfoque, locais, grupos sociais, é irmã da efemeridade que faz com que essa massa documental se perca, sem contar a possibilidade de falhas técnicas e mesmo da exclusão das plataformas em questão (Cannelli; Musso, 2022). Essa reflexão traz à luz a noção de arquivo, em duas matrizes relevantes: arquivar como poder e arquivar como, pragmaticamente, preservar e prover acesso.

O uso das redes sociais na criação de projetos de documentação reforça a ideia de arquivo proposta, dentre outros, por Jacques Derrida (2017): os usuários das plataformas são como muitos arcontes, mesmo que anônimos, que efetuam o comando “arquivar”. Isso se converte em, durante a pandemia de COVID-19 por exemplo, uma quantidade de projetos de documentação em redes sociais que é impossível de quantificar, como será discutido adiante. As funcionalidades das plataformas proprietárias, entretanto, dissipam grande parte dessa documentação em um universo de postagens cuja identificação e acesso tornam-se virtualmente inviáveis (Sinn; Syn, 2013). Assim, vem à baila uma noção mais pragmática de arquivo, relacionada não só à preservação dos documentos, mas aos seus contornos contextuais e à possibilidade de acesso (Bellotto, 2015). Cannelli e Musso (2022) apontaram que cerca de 10% dos conteúdos compartilhados em redes sociais perdem-se após um ano. Após dois anos, o número chega a quase 30%. Seguindo essa projeção, é alarmante pensar que possivelmente cerca de metade dos registros da pandemia em redes sociais, produzidos em 2020, estariam perdidos quando se publica este texto. Tal questão explica por que parte importante dos interesses de arquivistas e historiadores sobre redes sociais remete à preservação de tais registros. A outra questão fundamental, à qual este artigo se dedica, trata de como praticar pesquisa em história no turbulento universo das plataformas de redes sociais.

II.1. INSTAGRAM

O Instagram foi lançado em 2010, como um aplicativo baseado no compartilhamento de fotografias para dispositivos móveis. Em 2012, a plataforma foi comprada pela empresa Facebook (quando se escreve, Meta), tornando-se disponível para smartphones baseados no sistema Android – o que impulsionou seu uso globalmente. No ano seguinte, o Instagram contava com mais de 100 milhões de usuários (Leaver; Highfield; Abidin, 2020). Em 2023, a estimativa era que o número de usuários mensais do Instagram chegava a 1 bilhão. No cenário latino-americano, o Instagram já era uma das redes sociais mais

populares no princípio da década de 2020, ao lado do Facebook e do YouTube (Bianchi, [s.d.]). Dada essa ascensão, se tem discutido como a popularização do Instagram alavancou uma cultura visual que, imersa em um “estilo de vida digital”, tornou-se indissociável do ato de compartilhamento e da interação associativa via hyperlinks (Rubinstein; Sluis, 2008). Para Leaver e colaboradores (2020, pp. 2-8; 65), isso torna o Instagram um fenômeno cultural que chega a moldar formas de produção de imagens e de sociabilidade em um vocabulário específico – expresso em frases populares como “Vamos tirar uma foto para postar no Insta?”. Para Lev Manovich (2017, p. 73), tal fenômeno ocorreu por conta do inédito acúmulo de funções ligadas à produção, edição e difusão de fotografias na plataforma, o que “democratizou o ato de produzir imagens de boa aparência”. Segundo ele, o “instagramismo” seria a composição de uma lógica e de um conhecimento estético, muitas vezes tácito, mas particular, que combina tipos específicos de temas e escolhas visuais na criação de postagens na rede social, contrapondo-se paradoxalmente à proposta de “produzir imagens em tempo real”, feita pelo criador da empresa, Kevin Systrom (apud. Manovich, 2017, p. 21).

Essa breve apresentação já é suficiente para justificar a relevância de se refletir, no campo da história, a respeito de como pesquisar sobre e nessa plataforma: o Instagram é uma rede social fundamental no cotidiano de parte considerável da população mundial e, portanto, envolve numerosos registros sobre a vida no tempo presente. Historiadores devem, assim, perguntar-se a respeito de como fazer pesquisa sobre e no Instagram. O estudo que origina este artigo partiu dessa percepção, mas voltado a um cenário específico: arquivos digitais latino-americanos sobre a pandemia de COVID-19. Trata-se de 30 projetos que, dentre 120 iniciativas de memória registradas na *Coronarchive database* (Marino et al., 2023), representam a maioria dos arquivos latino-americanos a respeito da pandemia criados e sediados em redes sociais. Os resultados dessa pesquisa – as características da memória latino-americana da pandemia no Instagram – foram publicados previamente (Marino, 2024) e não serão discutidos aqui. O processo de pesquisa, entretanto, da identificação desses perfis ao seu escrutínio, são elementos fundamentais para discutir as camadas processuais do que será sugerido como uma “história digital informal”.

II.II. REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Acessar as histórias dos arquivos da pandemia no Instagram foi desafiador, a começar pelo processo de encontrá-los. Com efeito, os 30 projetos estu-

dados não compreendem todas as iniciativas do gênero na América Latina, já que limitações do motor de busca da plataforma tornam difícil identificar o total de perfis existentes (não há recursos que permitam pesquisar além do nome das páginas ou elementos escritos em legendas de postagens)⁵. Ainda assim, o uso combinado de termos como “arquivo”, “memória”, “pandemia” e “covid-19”, por exemplo, já foi suficiente para render dezenas de resultados em páginas no Instagram⁶. A quantidade de resultados mostra que não foi difícil e nem raro o ato de criar uma página de memória da pandemia na plataforma – o que não quer dizer que todos os perfis tenham conseguido compor coleções e perdurar, já que muitos não possuem mais do que um registro⁷.

Para estudar os 30 arquivos selecionados – listados ao final do artigo –, adotou-se uma variedade de estratégias de pesquisa. Por um lado, utilizaram-se metodologias consolidadas do campo da história e das ciências sociais. É o caso da história oral: sete dos criadores dessas páginas foram entrevistados, o que permitiu não só compreender a história de cada arquivo, mas classificá-los segundo a taxonomia almejada. Mais informações sobre os projetos, a partir das perspectivas de seus contribuintes, foram acessadas por meio de questionários online respondidos por 28 pessoas⁸. Além disso, consolidou-se um esforço de aproximação etnográfica que se valeu de conceitos e práticas comuns a disciplinas das humanidades. Noções como co-presença (Beaulieu, 2010) e, principalmente, “etnografia em muitos locais” (*multi-sited ethnography*), que procuram articular técnicas para seguir traços de “pessoas, coisas, metáforas, narrativas, biografias, conflitos e assim por diante”, foram inspiradoras para o trabalho em meios midiáticos fluidos como o das redes sociais (De Seta, 2020, p. 81). Adotando estes e outros fundamentos da “etnografia digital”, foram agregados “conteúdos de mídias sociais de acordo com seus critérios computacionais e mecanismo de pesquisa” (Paoli; D’Auria, 2021, p. 263).

No entanto, uma autocrítica franca sobre o uso das metodologias apontadas acima, todas elas bibliograficamente amparadas em disciplinas e instituições acadêmicas, é que elas representam muito pouco se observadas isoladamente. No que tange à história oral, é fundamental discutir como foi o processo de aproximação para a realização de tais entrevistas, bem como porque não se entrevistou mais do que apenas 7 dos 30 perfis monitorados. Sobre a etnografia digital, o processo de análise interrelacional entre pessoas e postagens, por exemplo, torna-se realmente interessante quando se pensa em como foi possível mapear esses elementos dentro de uma plataforma proprietária que funciona segundo lógicas e algoritmos obscuros aos seus usuários. Sobre o questionário, enfim, é importante notar que o número de responden-

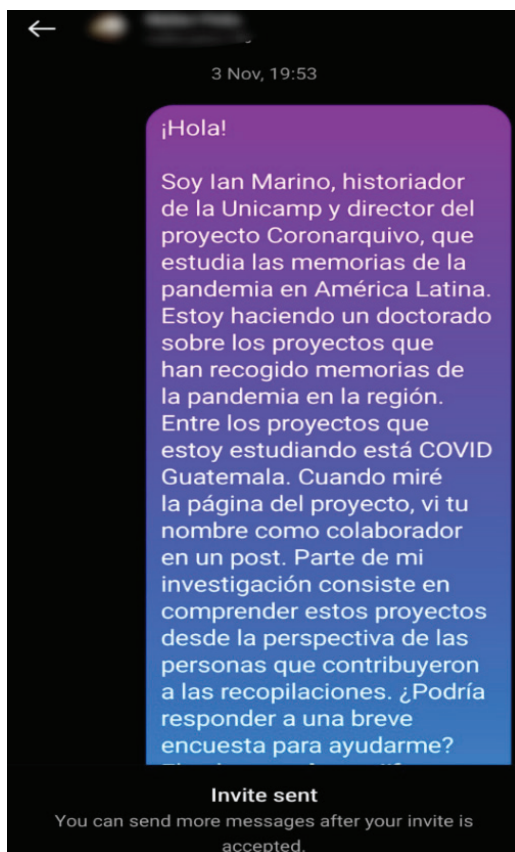
tes é muito pequeno se considerada a quantidade de projetos no Instagram, bem como seus seguidores e colaboradores. Essas questões revelam imperfeições e limitações dos métodos mencionados no parágrafo anterior, para não se falar nas práticas computacionais que têm ganhado corpo no meio da história digital mais metodicamente orientada, citada na seção anterior – que se mostraram praticamente irrelevantes no processo de pesquisa no Instagram, como será discutido a seguir.

O primeiro desafio que se colocou após o acesso às páginas das iniciativas selecionadas para estudo foi a identificação de seus criadores. A maioria dos perfis estudados (18) não tinha nenhuma identificação, fosse pelo nome ou pela relação com o endereço de um perfil pessoal. A maioria dos casos (16) também não apresentava nenhuma forma de contato externa ao Instagram (e-mail, por exemplo). Para a obtenção de informações, assim, o primeiro passo foi o envio de mensagens, por meio da própria plataforma, aos perfis dos projetos. Os resultados foram praticamente nulos, já que quase não houve respostas. Para tentar driblar essa frustração, tentou-se identificar, a partir de elementos das páginas, pistas sobre quem poderia ter criado os perfis. Imaginou-se, frustradamente, que eles poderiam estar dentre os seguidores mais antigos (mas não há como ter certeza de que a ordenação de seguidores no Instagram é cronológica). Somente adentrando o conteúdo dos posts foi possível chegar a alguns resultados concretos.

No caso de páginas que receberam colaboração via *crowdsourcing*⁹ (60%), o crédito aos colaboradores permitia acessar perfis de pessoas que tiveram algum contato com o arquivo. Imaginou-se que tais pessoas pudessem ajudar a identificar os criadores das páginas. Assim, foram enviadas mensagens a esses perfis particulares, em busca de (1) solicitar respostas ao questionário de colaboradores e (2) tentar descobrir quem foram os criadores dos projetos de documentação com os quais os perfis tinham contribuído (partindo-se da hipótese de que alguns dos colaboradores pudessem conhecer os criadores dos arquivos). As mensagens aos colaboradores muitas vezes não tiveram resposta, e a funcionalidade do Instagram por vezes impossibilitava o envio de mais de uma mensagem para perfis desconhecidos (por escolha de segurança deles próprios) (Imagem 1). Em outros casos, entretanto, houve interações que seguiram adiante (por vezes, com bons resultados) (Imagem 2). No caso do projeto *COVID-19 en Argentina*, o contato com uma colaboradora levou à criadora do projeto, a fotógrafa Eugénia Neme. Após diálogo utilizando o recurso de mensagens diretas do Instagram, foi possível realizar a entrevista de história oral com a idealizadora do arquivo (Neme; Marino, 2023). Outros casos, en-

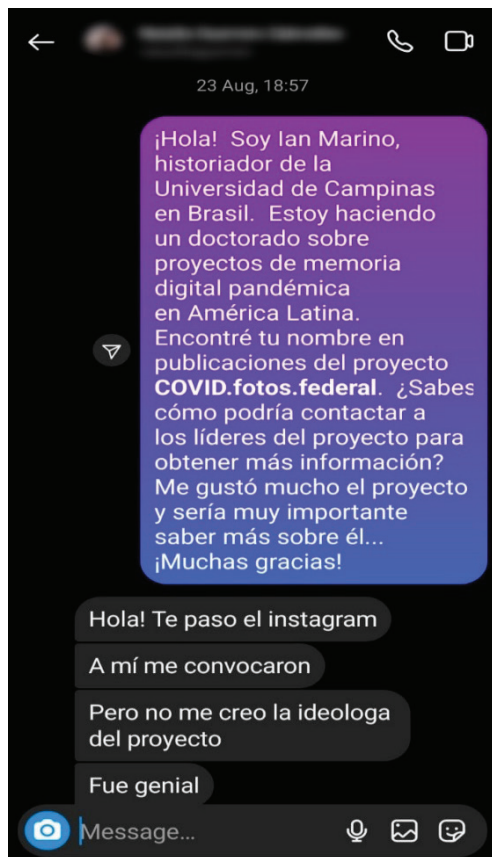
tretanto, foram mais complexos. O contato com um perfil marcado como colaborador em uma postagem do *COVID Guatemala* rendeu o contato de WhatsApp de uma pessoa indicada como a criadora do projeto. Ao contatá-la pelo aplicativo de mensagens, ela informou que organizara outro projeto de memória, um website que já nem mais existia¹⁰. Ela não tinha criado a página do Instagram, mas conhecia o criador, o fotojornalista Danilo Ramírez. Somente após contatá-lo foi possível agendar a entrevista de história oral e compreender melhor a história particular do projeto (Ramírez, 2023).

Imagem 1: Busca por informações sobre os arquivos via funcionalidade de mensagens da plataforma (“Direct”).



Fonte: O autor.

Imagem 2: Busca por informações sobre os arquivos via funcionalidade de mensagens da plataforma (“Direct”).



Fonte: O autor.

A abordagem de investigação por meio de pistas presentes nas próprias páginas, contudo, nem sempre rendeu resultados em termos de informação. O contato com o projeto *Memorias de la pandemia* levou até a uma das criadoras da página, mas não houve interesse ou disponibilidade dela em ceder uma entrevista. No caso do perfil *Covid Panamá*, a troca de mensagens com um fotógrafo marcado como autor de uma postagem não levou aos criadores do arquivo – já que ele nem mesmo se recordava de como a sua fotografia acabou naquela coletânea. No geral, todas essas conversas se deram de forma bastante informal, incluindo respostas com abreviações, mensagens de áudio e emojis.

Em outros casos, entretanto, não houve resposta alguma. Quanto aos perfis anônimos e aparentemente sem colaboradores (com documentação de conteúdo autoral), como *En Cuarentena Chile* e *Covid19 Haiti*, foi impossível identificar seus criadores.

Se a escassez de informações diretas é por certo um elemento limitador da reconstituição das trajetórias desses perfis, é possível dizer que a experiência investigativa em si informa sobre as dinâmicas da cultura arquivística praticada no Instagram. Da mesma forma, a aventura de imersão na lógica das redes sociais como prática de pesquisa em história faz refletir tanto sobre a natureza metodológica da história digital quanto sobre o relacionamento entre pesquisador e objeto, remetendo à noção de hermenêutica da prática. Isso porque, para investigar a história dos projetos no Instagram, foi necessário entrar na lógica da plataforma e, de certo modo, ser um pouco como os próprios projetos são. Foi preciso ser informal.

II.III. INFORMALIDADE: DOS ARQUIVOS À HISTÓRIA

Em pesquisa anterior, sugeriu-se a categoria “arquivos informais digitais” como forma de qualificar repositórios de registros históricos na internet que não se organizam segundo a lógica de arquivos estatais, institucionais ou pessoais, cujos funcionamento formalizam-se em critérios e procedimentos mais ou menos claros (Marino; Silveira; Nicodemo, 2022). A inspiração veio de um trabalho de Adam Auerbach (2018), que descreveu arquivos comunitários cultivados em favelas na Índia como “arquivos informais”. Segundo ele, essas coleções foram construídas à margem das instituições arquivísticas formais, sejam públicas ou privadas. A implicação disso é que se trata de coleções por definição “não mapeadas” – não só no sentido geográfico, mas também arquivístico, porque elas se constroem seguindo critérios e protocolos difusos e improvisados. Os arquivos informais surgem nas margens e, em geral, tratam de documentações e tópicos preteridos pelos arquivos formais. Algo semelhante se passa na atuação de agentes criadores de arquivos digitais na internet, tratam eles de temáticas culturais referentes a populações marginalizadas ou de nichos de interesse que passariam ao largo das políticas arquivísticas formais. Só que a internet permite, a partir de ferramentas como websites, blogs e, claro, redes sociais, uma construção colaborativa que ultrapassa fronteiras nacionais, envolvendo agentes e recursos técnicos desconhecidos em escala transnacional (Santos Júnior, 2024). Os arquivos informais digitais, assim, são não mapeados até pela intermediação nebulosa desses colaboradores e dos recur-

sos de plataformas digitais proprietárias (cujos impactos na configuração dos arquivos são desconhecidos) (Marino; Silveira; Nicodemo, 2022).

Como se discutiu no início do artigo, uma das formas de se pensar sobre o que é história e o que é ser historiador é a partir dos arquivos, notando-se que, em geral, história e arquivos caminham juntos e se influenciam mutuamente. Qual o impacto, para a história, de se trabalhar com arquivos informais digitais? Por um lado, a potencial riqueza dos arquivos informais envolve o acesso a registros ignorados por instâncias arquivísticas formais (possibilitando, portanto, a escrita de histórias sobre comunidades marginalizadas, por exemplo). Por outro lado, o aspecto preocupante desses arquivos é que, considerando as atribuições inscritas em uma noção mais pragmática de arquivo, eles são precários. A organização nebulosa precariza o reconhecimento e a acessibilidade das coleções, o que faz questionar a potencialidade de alcance dos arquivos como ferramentas de memória de comunidades/temas marginalizados. Em termos de preservação, a situação é ainda mais preocupante: se arquivos informais físicos estão sujeitos a deterioração documental, no meio digital há também o fato de muitas coleções serem dependentes de plataformas proprietárias. A experiência de pesquisa discutida nas páginas anteriores expressa bem esses pontos, mas permite também refletir sobre o fato de que o processo de aproximação com tais arquivos não se enquadra perfeitamente nos procedimentos metodológicos mais usuais da prática historiográfica.

Como já se adiantou, alguns aspectos da investigação realizada lembram mais a antropologia e o jornalismo investigativo do que os cursos básicos de teoria e metodologia da história. Lidou-se com agentes vivos e, adentrando a lógica do objeto de pesquisa, se buscaram informações que não se revelam aos primeiros olhares. Isso lembra propostas do campo da antropologia digital, como a de uma “bricolagem entre diferentes técnicas e métodos de pesquisa e sua flexibilidade e adaptabilidade às questões que surgem no campo” (Paoli; D’Auria, 2021, p. 247). A própria noção de “campo” transforma-se, bem como a intrincada necessidade de imersão nas lógicas de plataformas de redes sociais proprietárias (Beaulieu, 2010). Neste sentido, mostraram-se válidas à história as percepções sobre o caráter “multisemiótico” das redes sociais na noção de “etnografia multimodal” (Dicks; Soyinka; Coffey, 2006, p. 78), porque o processo de rastreamento de páginas e pessoas envolveu uma entrada bastante ativa na própria linguagem das plataformas. Essas perspectivas teóricas e metodológicas vieram ao encontro das perspectivas historiográficas desejadas, já que contribuíram não só para buscar informação, mas para desnatura-

lizar as plataformas, entendendo-as como elementos constitutivos de práticas culturais (Miller, 2021).

Contudo, é curioso notar que, em termos práticos, a referência bibliográfica mais diretamente significativa ao tipo de trabalho realizado tenha sido o livro *Introduction to Social Media Investigation: A Hands-on Approach* (2015), que mirava “autoridades policiais” e “advogados em processos civis” interessados em “informações sobre suspeitos ou sobre o lado oposto de uma disputa”, jornalistas interessados em “saber mais sobre as fontes ou os assuntos de suas reportagens”, empresas que “querem saber mais sobre as pessoas que podem contratar, ou se seus funcionários atuais estão representando bem a empresa”, pais e mães atentos a “verificar seus filhos para ter certeza de que eles estão interagindo com segurança”, e também “filhos adultos” interessados em “verificar os pais mais velhos para ter certeza de que não estão sendo enganados” (Golbeck, 2015, p. 2). Não há, dentre os esperados leitores do livro, a figura do historiador, nem a do cientista social. Mas a verdade é que as estratégias ali desenvolvidas, como o rastreamento de páginas marcadas em posts e o mapeamento de curtidas e seguidores, mostraram-se fundamentais a esta pesquisa, o que faz refletir sobre a constituição metodológica da história digital. Isso porque o que se tem discutido em primazia, em textos de apresentação da história digital (Winters, 2018; Brennan, 2019), ou mesmo nas páginas do pioneiro *Journal of Digital History*¹¹, por exemplo, destoa bastante dos procedimentos mais úteis na experiência de pesquisa no Instagram.

O caráter informal dos arquivos no Instagram inspira a refletir se a sua informalidade pode eventualmente transbordar para os métodos historiográficos. De certo modo, tornou-se necessária a prática de uma “história digital informal” para acessar a informalidade desses projetos: ao invés de e-mails institucionais, adotaram-se mensagens de Instagram direcionadas a perfis anônimos ou de difícil identificação; ao invés de registros formalizados, construiu-se o histórico de conversas marcadas por uma miscelânea de abreviações e pequenos áudios com perfis que nem mesmo se têm certeza de quem são; ao invés de estabilização, efetuou-se uma combinação movediça multimidiática entre diferentes plataformas. Para acessar esses projetos, o historiador precisou imergir no meio de seu objeto, sendo obrigado a navegar em águas que fogem ao seu controle. Nessa dialogia de sujeito e objeto, o historiador, instintivamente e até certo ponto, imitou o *modus operandi* e os caminhos heterodoxos dos próprios projetos estudados. Isso não ocorreu por vontade própria ou planejamento, mas por necessidade, já que os métodos tradicionais simplesmente não respondiam às condições postas. Como disse no início do

artigo, se criei uma conta no Instagram, foi por necessidade de pesquisa – pois era impossível realizar essa investigação não sendo eu mesmo um usuário registrado na plataforma.

Finalizada a incursão, a sensação era mista: por um lado, celebraram-se as pequenas vitórias no acesso à informação a partir de caminhos um tanto obscuros, pouco iluminados por experiências metodológicas prévias; por outro, dobrava-se a preocupação, devido a esses mesmos procedimentos move-dícios. Note-se que a própria constituição processual do trabalho de pesquisa leva a um caráter metarreflexivo, como argumentaram Paoli e D'Auria (2021). Embora as autoras mirassem as transformações específicas de práticas etno-gráficas em geral mais ligadas à antropologia e à sociologia, o mesmo caráter reflexivo se pode estender à história. É isto história? Os procedimentos utiliza-dos se alinham aos preceitos ético-profissionais da disciplina? A presença des-sas questões no decorrer da pesquisa é um testemunho franco do trabalho em-pírico da história no meio digital, uma inquietude que deve servir de combustível para a interdisciplinaridade e o aperfeiçoamento metodológico no tratamento de fontes ligadas a arquivos informais digitais. O que fazer, afi-nal de contas, quando procedimentos metodológicos convencionais, respalda-dos na historiografia institucional acadêmica, não bastam para acessar um de-terminado tipo de documentação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar sobre os passos tortuosos mencionados durante o processo de pesquisa, veio à mente um trabalho de Ann Rigney, *Imperfect Histories (Histórias Imperfeitas)*, 2001). Segundo ela, em meio à consolidação da história-dis-ci-plina como discurso no século XIX, permeado por métodos e retórica cien-tífica, a história que de fato se fazia era bem mais humana e, portanto, imperfeita. De certo modo, boa parte da história digital, como discutido pre-viamente, também tem no rigor metodológico seu lugar seguro, em parte por conta da associação com funções computacionais e em parte devido ao gosto pela análise de dados em larga escala. Ao propor a ideia de uma “história digi-tal informal”, entretanto, avento a existência de outros elementos constitutivos do fazer história no e do digital. Esses elementos, mais tortuosos do que pre-visíveis, desafiam as virtudes de objetividade e precisão metodológica – não negando a sua importância, mas mostrando os seus limites. Há objetos, como arquivos informais em redes sociais, que dificilmente podem ser acessados por práticas disciplinares formais, bem estabelecidas na academia – mesmo

aquelas mais abertas à interação direta e pessoal com os objetos de pesquisa, como a história oral e os questionários. Como se demonstrou, pesquisar em uma plataforma de rede social pode demandar uma imersão informal e flexível o suficiente para entender os atores, as dinâmicas culturais e as histórias ali presentes. Esse processo apresenta desdobramentos promissores, mas também outros preocupantes. Por um lado, torna-se possível reunir informações em um cenário de informalidade – o que gera tanto registros históricos quanto reflexões valiosas sobre metodologia e epistemologia na construção de arquivos e histórias digitais. Por outro lado, pela mesma necessidade de imersão, como exemplifica a criação de um perfil de Instagram, a própria memória do processo de pesquisa incorpora a fragilidade de preservação que é parte das redes sociais. Assim, a avaliação epistemológica dessa história digital informal, imperfeita, ou talvez só humana, deve ser um processo contínuo, reforçando a importância das anotações de pesquisa e da autorreflexão como elementos fundamentais do campo.

Tabela 1: Lista de perfis no Instagram.

	Nome	instagram.com/
1	40 antenas e algumas parabólicas	40antenasdc
2	Archivo Covid-19 Peru	acovid19peru
3	Archivo Peruano Covid 19	archivocovid19peru
4	Cartas da Pandemia	Cartasdapandemia
5	Coros en Pandemia	Corosenpandemiagt
6	Cotidiano Pandemia	Cotidianopandemia
7	COVID-19 en Guatemala	covid19_en_guatemala
8	COVID Guatemala	Covidguatemala
9	Covid Panamá	Covidpanama
10	COVID-19 en Argentina	covid.fotos.federal
11	Covid19 Haiti	covid_19_haiti
12	Crónicas del Ecuador Covid-19	cronicas_del_ecuador
13	Duna	Projectduna
14	En Cuarentena Chile	encuarentena_chile
15	Emociones en pandemia Chile	emoconesenpandemiachile
16	Fazia calor e usávamos máscaras	Faziacalor

17	Habitar a Quarentena	Habitaraquarentena
18	La vida en pandemia	Lavidaenpandemia
19	Memorias de la Pandemia – Artes Combinadas	memorias_de_la_pandemia
20	Mulheres nas universidades: retratos em tempos de pandemia	gp.idea
21	Museu do Isolamento/Museu do Agora	museudoagora
22	Narrativas de quarentena	narrativasdequarentena
23	No to Covid Gy	notocovidgy
24	Pandemia de Amor Venezuela	pandemiadeamorvenez
25	Pandemia na Rua	pandemianarua
26	Projeto Reflexões	reflexoes_projeto
27	Sonhos Confinados	sonhosconfinados
28	The Covid Art of El Salvador	covidartelsalvador
29	Travessias da Pandemia	travessias.pandemia
30	Varal de Emoções	varaldeemocoes

Fonte: O autor.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Adam Michael. Informal Archives: Historical Narratives and the Preservation of Paper in India's Urban Slums. *Studies in Comparative International Development*, v. 53, n. 2, pp. 343-364, set. 2018.
- BEAULIEU, Anne. Research Note: From Co-Location to Co-Presence: Shifts in the Use of Ethnography for the Study of Knowledge. *Social Studies of Science*, v. 40, n. 3, pp. 453-470, jun. 2010.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BIANCHI, Tiago. Social Media Usage in Latin America – statistics & facts. [s.d.]. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/6394/social-media-usage-in-latin-america/>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BRENNAN, Sheila A. Digital History. 4 jun. 2019. Disponível em: <https://inclusivehistorian.com/digital-history/>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (Eds.). *The Web as History*. London: UCL Press, 2017.

- CANNELLI, Beatrice; MUSSO, Marta. Social Media as Part of Personal Digital Archives: Exploring Users' Practices and Service Providers' Policies Regarding the Preservation of Digital Memories. *Archival Science*, v. 22, n. 2, pp. 259-283, jun. 2022.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CONTRIBUINDO COM ARQUIVOS DA PANDEMIA de COVID-19 na América Latina no Instagram (questionário). [s.d.]. Disponível em: <https://redu.unicamp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.25824/redu/46ULO7>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia (Eds.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. pp. 17-82.
- DAVIS, Jenny L.; JURGENSON, Nathan. Context Collapse: Theorizing Context Collusions and Collisions. *Information, Communication & Society*, v. 17, n. 4, pp. 476-485, 2014.
- DE SETA, Gabriele. Three Lies of Digital Ethnography. *Journal of Digital Social Research*, v. 2, n. 1, pp. 77-97, 2020.
- DERRIDA, Jacques. *Archive Fever: A Freudian Impression*. Translated by Eric Prenowitz. Chicago: University of Chicago Press, 2017.
- DICKS, Bella; SOYINKA, Bambo; COFFEY, Amanda. Multimodal Ethnography. *Qualitative Research*, v. 6, n. 1, pp. 77-96, Feb. 2006.
- ERNST, Wolfgang. *Digital Memory and the Archive*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- FICKERS, Andreas. Towards a New Digital Historicism?: Doing History in the Age of Abundance. *View: Journal of European Television History and Culture*, v. 1, n. 1, pp. 19-26, 2012.
- FICKERS, Andreas; TATARINOV, Juliane; VAN DER HEIJDEN, Tim. Digital History and Hermeneutics – Between Theory And Practice: An Introduction. In: FICKERS, Andreas; TATARINOV, Juliane; VAN DER HEIJDEN, Tim (Eds.). *Digital History and Hermeneutics: Between Theory and Practice: An Introduction*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2022. pp. 1-19.
- FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. New York: SUNY Press, 1990.
- GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. London: Continuum, 1994.
- GARDNER, Philip. *Hermeneutics, History, and Memory*. Abingdon; New York: Routledge, 2010.
- GIBBS, Martin et al. #Funeral and Instagram: Death, Social Media, and Platform Vernacular. *Information, Communication & Society*, v. 18, n. 3, pp. 255-268, Mar. 2015.
- GILLESPIE, Tarleton. The Politics of “Platforms”. *New Media & Society*, v. 12, n. 3, pp. 347-364, 2010.
- GOLBECK, Jennifer. *Introduction to Social Media Investigation: A Hands-on Approach*. Waltham: Syngress, 2015.

- GONÇALVES, Murilo. The Hermeneutic Problem Posed by Digital Humanities. *Revista de Teoria da História*, v. 25, n. 1, pp. 136-150, 2022.
- GRAHAM, Shawn; MILLIGAN, Ian; WEINGART, Scott. The Joys of Big Data for Historians. In: GRAHAM, Shawn; MILLIGAN, Ian; WEINGART, Scott. *Exploring Big Historical Data: The Historian's Macroscope*. London: Imperial College Press, 2021. pp. 1-34.
- GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- HAMILTON, Carolyn et al. (Eds.). *Refiguring the Archive*. Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- HAWKINS, Donald T. (Ed.). *Personal Archiving: Preserving our Digital Heritage*. Medford, New Jersey: Information Today, Inc., 2013.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- HOCKX-YU, Helen. *Archiving Social Media in the Context of Non-print Legal Deposit*. Lyon: IFLA, 2014.
- HOMENAJE COVID MEXICO. [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/homenaje_covid_mexico/. Acesso em: 26 jun. 2025.
- JOURNAL OF DIGITAL HISTORY. [s.d.]. Disponível em: <https://journalofdigitalhistory.org/>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- KUO, Rachel; JACKSON, Sarah J. The Political Uses of Memory: Instagram and Black-Asian Solidarities. *Media, Culture & Society*, v. 46, n. 1, pp. 164-186, 2024.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- LEAVER, Tama; HIGHFIELD, Tim; ABIDIN, Crystal. *Instagram: Visual Social Media Cultures*. Cambridge: Polity, 2020.
- LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 39-69, 2014.
- LUCCHESI, Anita. *For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History: Thinkering with memorecord.uni.lu*. Esch-sur-Alzette: Université du Luxembourg, 2020.
- MANOVICH, Lev. *Instagram and Contemporary Image*. n.a.: n.a., 2017.
- MARINO, Ian Kisil. *Arquivando a pandemia: transformação digital e luta pela memória na América Latina*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2024.
- MARINO, Ian Kisil. Crowdsourcing: perspectivas críticas sobre uma prática de arquivamento emergente. *Acervo*, v. 38, n. 1, pp. 1-24, jan.-abr. 2025.
- MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil. In: MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. (Eds.). *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

- MARINO, Ian Kisil et al. Coronarchive Database. 30 mar. 2023. Disponível em: <https://redu.unicamp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.25824/redu/TKYHCZ>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- MILLER, Daniel. The Anthropology of Social Media. In: GEISMAR, Haidy; KNOX, Hannah (Eds.). *Digital Anthropology*. London: Routledge, 2021. pp. 85-100.
- MORETTI, Franco. *Distant Reading*. London; New York: Verso, 2013.
- MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NEME, Eugénia; MARINO, Ian Kisil. História oral sobre a coleta arquivística da Covid-19 na América Latina: COVID-19 en Argentina. 29 set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/UYEEQN>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia*, v. 12, n. 29, pp. 17-52, 2019.
- NOIRET, Serge. História Pública Digital | Digital Public History. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, pp. 28-51, maio 2015.
- NOIRET, Serge. Sharing Authority in Online Collaborative Public History Practices. In: NOIRET, Serge; ZAAGSMA, Gerben; TEBEAU, Mark (Eds.). *Handbook Digital Public History*. Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2022. pp. 49-60.
- NOIRET, Serge; ZAAGSMA, Gerben; TEBEAU, Mark. Introduction. In: NOIRET, Serge; ZAAGSMA, Gerben; TEBEAU, Mark (Eds.). *Handbook of Digital Public History*. Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2022. pp. 1-15
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia*, v. 9, n. 22, pp. 170-183, 2016.
- PAOLI, Angela Delli; D'AURIA, Valentina. Digital Ethnography: A Systematic Literature Review. *Italian Sociological Review*, v. 11, n. 4S, pp. 243-267, 2021.
- PAUL, Herman. Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues. *History and Theory*, v. 50, n. 1, pp. 1-19, fev. 2011.
- RAMÍREZ, Danilo. História oral sobre a coleta arquivística da Covid-19 na América Latina: COVID Guatemala. 11 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/LN7FTN>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- RICOEUR, P. History and Hermeneutics. In: YOVEL, Yirmiyahu (Ed.). *Philosophy of History and Action: Papers Presented at the First Jerusalem Philosophical Encounter – December 1974*. Philosophical Studies Series in Philosophy. Dordrecht: Springer Netherlands, 1978. pp. 3-20.
- RIGNEY, Ann. *Imperfect Histories: The Elusive Past and the Legacy of Romantic Historicism*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2001.
- ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. New York: Columbia University Press, 2011.

- RUBINSTEIN, Daniel; SLUIS, Katrina. A Life More Photographic. *Photographies*, v. 1, n. 1, pp. 9-28, Oct. 2008.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Explorando Caminhos Alternativos: Críticas e Possibilidades na Construção da História Global do Jiu-Jitsu no Instagram. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 40, pp. 1-32, 2024.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, pp. 2-28, maio-ago. 2020.
- SINN, Donghee; SYN, Sue Yeon. Personal Documentation on a Social Network Site: Facebook, a Collection of Moments from Your Life? *Archives and Museum Informatics*, v. 14, n. 2, pp. 95-124, jun. 2013.
- VLASSENROOT, E. et al. Web-Archiving and Social Media: An Exploratory Analysis. *International Journal of Digital Humanities*, v. 2, pp. 107-128, 2021.
- WINTERS, Jane. Digital History. In: TAMM, Marek; BURKE, Peter. (Eds.). *Debating New Approaches to History*. New York; London: Bloomsbury, 2018. pp. 277-300.

NOTAS

¹ A discussão teórica que permite entender tais perfis de Instagram como arquivos será feita com mais profundidade na segunda parte do artigo.

² As traduções de todos os trechos em inglês citados no artigo são de nossa autoria.

³ É comum, por exemplo, que estudos que buscam a história da internet reflitam sobre o papel dela na constituição do saber histórico (é o caso do livro *Web as History*, cf. Brügger; Schroeder, 2017). Outros textos são efetivos em mesclar o desenvolvimento de técnicas computacionais enquanto refletem sobre a constituição teórica do campo (a exemplo do artigo “Meta-história para robôs”, cf. Nicodemo, 2019).

⁴ Segundo Tarleton Gillespie (2010, p. 349), plataforma é um “posicionamento discursivo” porque compreende muitos sentidos, sendo “específico o suficiente para significar alguma coisa e vago o suficiente para funcionar em múltiplos cenários e para múltiplas audiências”.

⁵ Para além dos motores de busca das plataformas, existem outras formas de explorar dados de redes sociais – como APIs, softwares privados e comandos de programação disponibilizados em repositórios como o GitHub. Embora haja caminhos assim para o Instagram (como o *PhantonBuster* e o *Instagram Scraper* da Apify), nenhum deles é funcional para a busca por perfis – eles funcionam melhor na extração de informações de perfis já encontrados. Limitações assim fazem do Instagram uma plataforma menos estudada do que outras, como já apontaram Kuo e Jackson (2024).

⁶ Buscas foram realizadas em espanhol, português, francês e inglês. Outros termos utiliza-

dos para buscas foram “testemunho(s)”, “história(s)”, “memória(s)”, “cotidiano”, “relatos”, “coronavírus”, “quarentena” e “isolamento”.

⁷ É o caso do projeto *Homenaje Covid Mexico*, que pretendia ser um “espaço memorial para todas essas pessoas que a COVID nos tirou” (Homenaje Covid Mexico, [s.d.]).

⁸ Os resultados do questionário podem ser encontrados no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (Contribuindo com arquivos da pandemia..., [s.d.]).

⁹ Pode-se entender *crowdsourcing*, genericamente, como uma forma de coleta de informações a partir de chamada aberta na internet (Marino, 2025).

¹⁰ Trata-se do projeto *Expo Covid-19*, que incorporou a sua coleção ao *COVID Guatemala*.

¹¹ *Journal of Digital History* ([s.d.]), coordenado pelo Centro de História Contemporânea e Digital da Universidade de Luxemburgo (C2DH), é uma das primeiras revistas acadêmicas especializadas em história digital. O periódico, que publicou seu primeiro volume em 2021, destaca-se pelo grande apreço votado à anotação metodológica, marcada pela inovadora proposta de sobrepor camadas de leitura nos artigos publicados (chamadas de “camada narrativa”, “camada hermenêutica” e “camada de dados”). Tal abordagem incorpora um apreço pela precisão, verificação e reprodutibilidade metodológica – o que destoa da operação de pesquisa que inspirou este artigo.

